



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº 1/2009
(do Sr. Deputado Roberto Rocha)

Requer a realização de reunião no Vale do Mearim, no Maranhão, para discutir estratégia de prevenção a novas enchentes.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião no Vale do Mearim, durante o segundo semestre, para debater os efeitos das mudanças climáticas sobre a região do Vale, no Estado do Maranhão. O encontro visa a estabelecer piloto para habilitar as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional e dotá-las de meios adequados para prevenir e enfrentar os efeitos de fenômenos pluviométricos como o observado no corrente exercício.

As fortes chuvas que atingiram onze estados das Regiões Norte e Nordeste, além de Santa Catarina, deixaram 184.480 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentas e oitenta) pessoas desalojadas e 90.098 (noventa mil e noventa e oito) desabrigadas. Trata-se de expressivo contingente de pessoas que ou estão hospedadas com parentes ou amigos, ou deixaram suas casas e dependem de abrigos públicos.

Conforme notificações das coordenadorias estaduais de defesa civil junto à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (Sedec), o desastre natural atingiu ao todo 340 (trezentos e quarenta) municípios em doze estados e afetou cerca de 1.090.580 (um milhão, noventa mil, quinhentas e oitenta) pessoas. Os dados apresentados nesta segunda-feira, dia 11 de maio, mostram que a situação é ainda mais gravosa no Nordeste. De acordo com a Sedec, de 42 (quarenta e dois) óbitos registrados como decorrentes das enchentes, 33 (trinta e três) ocorreram na Região.

O estado que tem maior número de municípios atingidos é o Ceará, com 75 (setenta e cinco). Em seguida, surge o Maranhão, com 72 (setenta e dois); Piauí, com 37 (trinta e sete); Paraíba, 26 (vinte e seis); Rio Grande do Norte, 16 (dezesseis); Bahia, 11 (onze); Pernambuco, 7 (sete); e Alagoas, com 3 (três) municípios. Para se ter uma idéia do alcance da tragédia, sobretudo nos estados mais atingidos, basta compará-la com o que ocorreu em Santa Catarina, que notoriamente sofreu com as recentes precipitações. Foram dez municípios catarinenses afetados, com 3.550 pessoas desalojadas ou desabrigadas. No Maranhão, o número de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

desalojados é 40.179 (quarenta mil, cento e setenta e nove) e de desabridos, 26.874 (vinte e seis mil oitocentos e setenta e quatro).

Ano após ano, o ciclo das chuvas tem atingido as populações ribeirinhas e residentes de volumosas bacias hidrográficas. E a tendência é de que os impactos sejam crescentemente mais fortes em razão das mudanças climáticas globais. No caso do Maranhão, uma das suas virtudes, que é a disponibilidade hídrica em mais de seis mil quilômetros de rios perenes, por ora também é motivo de alerta. Ao longo dos grandes platôs que formam o Estado, especialmente no Vale do Mearim, a água tem encontrado pouca resistência no seu caminho. Se por um lado não há acidentes naturais expressivos que lhes condicione a expansão, por outro, a ausência de equipamentos públicos de macrodrenagem terminam por condenar a população.

Não se admite, é certo, que assistamos impassíveis ao drama que aqueles brasileiros estão enfrentando. Não resta dúvida de que a União intervirá, de forma proporcional às mazelas impostas, mas é preciso que a sociedade se prepare para evitar novos sinistros de tão graves proporções. Há de se concluir o zoneamento ecológico-econômico para mais bem orientar a ocupação e uso do solo, difundir práticas conservacionistas, como o plantio em curva de nível e a recomposição de matas ciliares, e o reforçar a infraestrutura de saneamento urbano.

Essas medidas, no entanto, são onerosas e contrastam com o frágil tecido social e a reduzida capacidade de formação de poupança local para se lhes dar andamento e consequência. Uma estratégia completa de intervenção requer formação de capital social e integração entre os entes federados e os demais atores políticos e sociais, em uma convergência de esforços. Neste contexto, é necessário contar com opiniões tecnicamente embasadas que comprometam os esforços de curto prazo em torno de um plano comum.

Neste sentido, é que requeremos a realização de reunião na área da ocorrência, em município a ser definido oportunamente quando da baixa do nível dos rios, para discutir soluções de médio e longo prazo para a região. Conto, para tanto, com o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2009

Deputado ROBERTO ROCHA